

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.038 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2000



O sub-relator, deputado Pedro Henry (*segundo à esquerda*), e o presidente da Comissão Mista, senador Gilberto Mestrinho, participam da reunião que decidiu elevar os recursos destinados à área de saúde para o ano 2000

Saúde pode ter mais R\$ 1,5 bilhão no Orçamento 2000

Comissão Mista modifica proposta original, eleva total de gastos no ano para quase R\$ 20 bilhões e altera distribuição de recursos do SUS. Previsão dos recursos não está assegurada

GILVAM PROPÕE CRIAÇÃO DE JUIZADOS PARA TERCEIRA IDADE

Juizados especiais capazes de julgar ações que tratem dos direitos dos idosos. É o que defende, mediante proposta de emenda constitucional, o senador Gilvam Borges. Ele entende que a iniciativa facilitará o acesso dos idosos à Justiça.

PÁGINA 4

PATROCÍNIO QUER CRIAR CESTA BÁSICA DE REMÉDIOS

Para reduzir o alto preço dos medicamentos no país, o senador Carlos Patrocínio defendeu a criação de uma cesta básica de remédios a ser distribuída nos ambulatórios a crianças, aposentados e pessoas carentes.

PÁGINA 4



O senador Jorge Bornhausen, presidente nacional do PFL, afirmou ontem à imprensa (*foto*) que as mudanças de legenda ocorridas na terça-feira passada, na Câmara dos Deputados, demonstram a

necessidade de se aprovar o instituto da fidelidade partidária. Ele sugeriu que a Câmara aprove projeto em tramitação pelo qual as mudanças nas comissões só ocorreriam a cada dois anos.

PÁGINA 3

A proposta de Orçamento para a saúde neste ano foi elevada ontem em R\$ 1,58 bilhão, por decisão da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O objetivo é manter os gastos do setor pelo menos iguais aos de 1999, o que aumentaria a dotação da saúde para R\$ 19,6 bilhões. O sub-relator da área, deputado Pedro Henry, disse que a comissão tomou essa decisão para corrigir um erro do Ministério do Planejamento, que elaborou a proposta original.

PÁGINA 2

Osmar defende estudo sobre impacto das concessões

PÁGINA 3

Comissão dá mais R\$ 1,5 bi para saúde e acaba com privilégios

Sub-relator uniformiza distribuição de recursos por habitante. Proposta destinava a paciente de São Paulo quase o dobro do valor atribuído a um doente do Amazonas

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização mudou ontem a proposta de orçamento para a saúde deste ano, aumentando as verbas propostas pelo Executivo em R\$ 1,58 bilhão, para que os gastos fiquem pelo menos iguais aos do ano passado, como manda a lei. Com isso, os recursos previstos para a saúde somarão R\$ 19,6 bilhões.

Como não há ainda previsão de recursos para fazer frente a este gasto adicional, o sub-relator da área temática da saúde, deputado Pedro

Henry (PSDB-MT), afirmou que, no fundo, a comissão estava cometendo uma irregularidade para resolver um erro cometido pelo Executivo. Para ele, o Ministério do Planejamento "se esqueceu" de quanto havia gastado com saúde em 1999, obrigando a comissão a acrescentar a diferença, mesmo sem garantia do dinheiro.

— O problema agora está nas mãos do relator-geral do Orçamento — disse Pedro Henry. Por sua vez, o relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), afirmou que iria ao Ministério do Planejamento "resolver de vez esse problema, pois o erro foi deles, e não do Congresso".

Henry acrescentou que "o problema é maior ainda" que o R\$ 1,58 bilhão aprovado pela comissão, pois o Orçamento não conta com cerca de R\$ 2 bilhões para bancar o reajuste da tabela dos serviços pagos pelo SUS, anunciada em dezembro "com aval do presidente da República". Assim, conforme o sub-relator, somando tudo, o relator-geral e o Ministério do Planejamento te-



A Comissão de Orçamento, presidida por Gilberto Mestrinho, busca junto ao Executivo solução para garantir a elevação dos recursos destinados à área de saúde

ção de encontrar fontes para gastos adicionais de R\$ 3,58 bilhões para a área de saúde.

O sub-relator decidiu mudar a distribuição dos recursos do SUS aos hospitais conveniados dos estados, acabando com alguns privilégios. O Executivo havia proposto uma distribuição que variava de R\$ 62,55 a R\$ 28,42 por habitante, beneficiando os estados do Sul e Sudeste em prejuízo dos do Norte e Nordeste. A nova tabela destina R\$ 58,44 por pessoa em todos os estados, exceto Rio de Janeiro, que terá R\$ 62,55. "Não sei por que um paciente de São Paulo deveria custar para o SUS quase o dobro de um doente do Amazonas", questionou o sub-relator. O Orçamento prevê que o SUS repassará aos estados neste ano R\$ 9,5 bilhões.

Mestrinho: MP para garantir gastos de março

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), sugeriu ontem que os líderes partidários recomendem ao presidente Fernando Henrique Cardoso a edição de uma medida provisória para garantir a liberação de verbas para os gastos da União no mês de março. A lei diz que o Executivo pode liberar dois duodécimos da proposta orçamentária nos meses de janeiro e fevereiro, caso o Congresso ainda não tenha votado o Orçamento. O senador teme a falta de dinheiro para manter a máquina federal em março:

— A comissão terminará a votação do Orçamento no dia 29 deste mês e a proposta já poderia ser apreciada pelo Plenário do Congresso. No entanto, não se pode aprovar o Orçamento antes que o Senado faça a última votação da emenda da Desvinculação de Receitas da União (DRU), porque o projeto orçamentário conta com os recursos desvinculados — esclareceu

Gilberto Mestrinho.

A proposta da DRU só deve ser votada em primeiro turno, pelo Plenário do Senado, após o dia 23 deste mês, devendo ser submetida depois a uma segunda votação. O projeto desvincula 20% da arrecadação federal, permitindo ao Executivo gastar cerca de R\$ 40 bilhões nos projetos de seu interesse. A Comissão de Orçamento votou ontem os últimos destaques dos dez sub-relatórios em que foi dividida a proposta orçamentária. Agora, o relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), tem até o dia 21 para consolidar tudo que foi votado em apenas um relatório. Três dias depois, a comissão começará a discutir o relatório de Melles e, conforme cronograma previamente fixado pelos líderes partidários, na noite do dia 29 deste mês o projeto deverá estar aprovado pela comissão. A seguir, será encaminhado à votação definitiva do Congresso.

Associações de bingos falam à comissão mista hoje

A comissão mista do Congresso Nacional encarregada de analisar a medida provisória que cria a taxa de funcionamento dos bingos vai debater a situação do setor hoje, a partir das 10h, com representantes das associações de bingos do país. A MP fixa taxas entre R\$ 4 mil e R\$ 6 mil para esse funcionamento e proíbe o controle de dois ou mais clubes esportivos por uma mesma empresa.

O encontro marca a quinta audiência pública em torno da matéria. A comissão, cujo relator é o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), já ouviu o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, o presidente do Clube dos Treze (entidade que reúne os principais clubes de futebol do país), Fábio Koff, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, e o ex-jogador Zico, que foi ministro de Esportes no governo Collor e ajudou a elaborar mudanças na legislação esportiva.

Brasil 500



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2000

COMISSÕES

10h — Comissão mista destinada a examinar a "MP nº 2.011-4, que institui a Taxa de Autorização de Bingos. Pauta: Depoimento de representantes de associações de bingos. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Eduardo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Piva defende controle nacional do Banespa



O senador Pedro Piva (PSDB-SP) considera necessário, na medida do possível, preservar a

predominância de capital nacional no controle do Banespa. Em entrevista que a TV Senado exibe hoje, às 7h30 e às 21h30, Piva afirma que as privatizações no Brasil são absolutamente necessárias, mas devem ser feitas e analisadas corretamente, com preferência ao capital nacional.

— É muito perigoso entregar o sistema financeiro ao capital estrangeiro, e, além disso, os bancos brasileiros estão mais aptos a contribuir para o desenvolvimento do país — analisa.

TV debate agricultura familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura é o tema do debate entre o senador Osmar Dias (PSDB-PR) e o secretário Nacional de Agricultura Familiar, Nelson Borges Gonçalves, que a TV Senado exibe hoje, às 6h30, 13h e 23h horas.

Durante o debate, o senador paranaense reafirmou a necessidade de que os pequenos produtores se façam representar no Congresso Nacional. Nelson Borges ressaltou os contatos feitos com estados, municípios e junto aos movimentos sociais, nos quais o governo tem recebido sugestões para mudanças no programa, que inclui a criação de uma marca para os produtos da agricultura familiar.

Osmar Dias quer mudar as regras para concessão de serviços públicos

Projeto de lei apresentado pelo senador, em tramitação na Comissão de Justiça, prevê a elaboração de um relatório sobre o impacto social e econômico da decisão do governo

A concessão de serviços públicos deve ser precedida da elaboração de um relatório social e econômico sobre o impacto da medida. Essa é a determinação de projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que pretende fazer com que a sociedade tenha conhecimento dos efeitos que a concessão vai proporcionar à vida das pessoas. Caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidir sobre a proposta, em caráter terminativo.

Entre os dados que devem constar do relatório, Osmar Dias sugere que sejam apresentados o número de empregos gerados com a concessão, o custo finan-

ceiro a ser repassado para os agentes privados, o impacto sobre o custo para os setores produtivos e o impacto sobre as finanças públicas, incluindo a arrecadação de impostos.

O projeto altera a Lei nº 8.987, de 1995, que define as regras para a concessão e prestação de serviços públicos, de acordo com a Constituição de 1988, e foi apresentado juntamente com outra proposta do senador, que busca dar transparência para as concessões.

— O relatório de impacto permitirá a maior participação da sociedade no processo decisório, assim como garantirá que se tenha pleno conhecimento dos efeitos da concessão.

A proposta permitirá ainda que se evitem ações lesivas ao patrimônio público — justifica o senador pelo Paraná.

Osmar Dias disse estar preocupado com o resultado das concessões para a iniciativa privada das rodovias, que vêm aumentando sucessivamente o preço cobrado nos pedágios. Ele é autor de requerimento, já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), convocando para audiência pública o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e o diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Genésio Bernardino, que vão falar sobre o assunto.



Osmar Dias está preocupado com o resultado das concessões para a administração de rodovias

Eduardo destaca avanço do ensino no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que a modernização do sistema de ensino, em todos os níveis, implementada pelo governo do estado do Tocantins, constitui um exemplo positivo na área de educação. De acordo com o senador, o estado implantou um “arrojado” programa de erradicação do analfabetismo e acaba de dar mais um passo para aprimorar sua rede de ensino, possibilitando aos mais de 250



Eduardo informou que mais de 250 mil alunos terão acesso à universidade sem o vestibular

mil alunos das redes pública e privada o acesso à universidade, sem a exigência do exame vestibular.

— É que 70% das vagas da Unipalmas, instituição de ensino superior recentemente criada, serão destinadas à verticalização do ensino, sistemática implantada na maioria dos países desenvolvidos e com elevada qualidade educacional — informou.

Eduardo manifestou seu orgulho em relação à consolidação cul-

tural da capital do Tocantins, Palmas, cidade que dirigiu como prefeito, com a implantação de uma universidade pública. O senador explicou que, de início, a universidade contará com cursos de Direito, Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e de Transportes. “Em etapa posterior, com o funcionamento do Instituto Superior de Saúde Pública, entrarão em operação os cursos de Médico da Família, Farmácia e Bioquímica”, afirmou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Unip*: Laser e óculos
6h30 — *Debate*: Senador Osmar Dias e o secretário Nacional de Agricultura, Nelson Borges, falam sobre o incentivo à agricultura familiar
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre a privatização do Banespa
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Entrevista Especial*: O vice-presidente Marco Maciel fala sobre novas idéias políticas
10h — Comissão mista que analisa os bingos (ao vivo)
13h30 — *Debate*: Senador Osmar Dias e secretário Nacional de Agricultura, Nelson Borges, falam sobre o incentivo à agricultura familiar
14h30 — Comissão de Assuntos Econômicos — Audiência pública com o presidente do BNDES, Andrea Calabi (gravado em 8/2/2000)
19h30 — *Entrevista Especial*: Dr. Ricardo Fenelon fala sobre as novas técnicas nos tratamentos dermatológicos
20h30 — *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala so-

bre a privatização do Banespa
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Entrevista*: Senador Juvêncio da Fonseca fala sobre recursos hídricos
22h — *Cores do Brasil* — Turismo em Ilhéus
23h — *Debate*: Senador Osmar Dias e secretário Nacional de Agricultura, Nelson Borges, falam sobre o incentivo à agricultura familiar

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão Mista de Bingos
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

Bornhausen diz que mudanças na Câmara reforçam necessidade da fidelidade partidária

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), disse ontem que as mudanças na composição das bancadas ocorridas terça-feira na Câmara dos Deputados apontam para a necessidade de aprovação do instituto da fidelidade partidária. As trocas de partidos tiraram do PFL a condição de maior bancada da Câmara. O bloco parlamentar formado pelo PSDB e PTB possui agora o maior número de deputados — 127.

Em entrevista coletiva, Bornhausen disse que a formalização, na última hora, de um bloco parlamentar entre PSDB e PTB, que poderá fazer com que o PFL perca cargos nas comissões da Câmara, fragiliza a base de sustentação do governo e prejudica a classe política. O senador teme que o governo venha a sofrer conseqüências negativas, não só pela desunião de sua base, mas também na sua imagem perante a opinião pública, se ficar comprovado que houve barganha para parlamentares trocarem de partido.



Jorge Bornhausen teme desgaste da imagem do governo perante a opinião pública

Para evitar um problema maior na aliança que dá sustentação ao governo, Jorge Bornhausen sugeriu que a Câmara aprove projeto que já passou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, definindo que as alterações nas composições das comissões só ocorram de dois em dois anos. Desta forma,

ficaria inalterada a constituição atual das comissões. A sistemática já é adotada no Senado.

Jorge Bornhausen criticou o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG), por ter articulado as negociações que modificaram a composição da Casa. Ele classificou a ação do parlamentar mineiro como “um comportamento que não engrandece a classe política nem é adequado a uma liderança”. Com os acontecimentos de terça-feira, Bornhausen acredita que Aécio Neves tenha “sepultado sua candidatura à presidência da Câmara”.

Mesmo observando que considera as novas filiações partidárias uma “alteração artificial da composição da Câmara”, Bornhausen esclareceu que caberá ao líder pefelista naquela Casa, deputado Inocêncio Oliveira (PE), solucionar o assunto. Bornhausen disse ainda que Inocêncio foi convidado pelo presidente Fernando Henrique para tentar chegar a um entendimento.

Gilvam propõe juizados especiais para idosos

Conforme PEC apresentada pelo senador, novos tribunais teriam como objetivo assegurar respeito aos direitos das pessoas com mais de 65 anos

A criação de juizados especiais, com competência para processar e julgar ações que versem sobre a proteção e os direitos dos idosos, foi sugerida pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP) por meio de proposta de emenda constitucional (PEC). O senador disse que pretende amenizar um pouco o sofrimento de



Segundo Gilvam Borges, os direitos dos idosos são com frequência desrespeitados

milhões de brasileiros idosos, facilitando-lhes ao máximo o acesso à Justiça. Para ele, o problema é que a maioria

da população desconhece seus direitos.

— Levantamento do Ministério da Justiça mostrou que existem no país 129 leis federais, estaduais e municipais que asseguram direito às pessoas com mais de 60 anos. Elas estabelecem que os idosos têm direito a atendimento preferencial nas filas de bancos, a viajar de graça em ônibus e a pagar

meio ingresso em eventos culturais, ao embarque prioritário nos aeroportos e a caixas especiais nos supermerca-

dos. No entanto, existem entidades que ainda recebem denúncias de desrespeito aos idosos — afirmou o senador.

Gilvam entende que a adoção de pequenas medidas compensatórias para a velhice está longe de ser suficiente. Por isso, tomou a iniciativa de apresentar a PEC, que garante às pessoas maiores de 65 anos acesso gratuito aos juizados propostos. O senador acredita que está contribuindo para a construção de uma verdadeira política para o idoso, “já esboçada com a feliz iniciativa do deputado gaúcho Paulo Paim (PT), por meio de um projeto que institui o Estatuto do Idoso, aprovado nas comissões técnicas da Câmara dos Deputados”.

Patrocínio sugere a criação de cesta básica de remédios

O preço dos medicamentos é, certamente, um dos mais graves problemas enfrentados pelo brasileiro, afirmou o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) ao defender a criação de uma cesta básica de medicamentos com preços mais baixos, para ser distribuída aos pacientes em ambulatórios — principalmente crianças, aposentados e pessoas carentes. Segundo ele, a medida poderia contribuir para reduzir o número de internações hospitalares e baixar os custos do sistema nacional de saúde.

— Não queremos tabelamento de preços de remédios nem tampouco criar embaraços ao livre desenvolvimento da ati-

vidade farmacêutica. Queremos garantir a todos os brasileiros o mínimo que se pode ter num país civilizado: alimentação, saúde e educação — explicou o senador.

Patrocínio lembrou que o problema é mais grave para a população mais idosa, carente e pobre, que vive de pequenas pensões, sofre de doenças crônicas e é obrigada a utilizar medicamentos de uso contínuo. “Esses pacientes não podem sequer optar pelos chamados genéricos, que deveriam custar menos, já que eles estão sendo boicotados pelos laboratórios”, assinalou.

Para o senador, os preços dos medi-



Patrocínio quer que a cesta seja distribuída a aposentados, crianças e pessoas carentes

camentos estão “inflados” por itens que não deveriam fazer parte da planilha de custos da indústria farmacêutica, como despesas exageradas com propaganda, promoção de eventos na área médica e distribuição gratuita de amostras. “Precisamos, imediatamente, encontrar solução para o grave problema do preço proibitivo do remédio, que torna letra morta o direito constitucional à saúde”, disse Patrocínio.

Jucá aponta ineficiência no sistema penitenciário do país

Os dados do Censo Penitenciário Brasileiro, elaborado pelo Ministério da Justiça, são, para o senador Romero Jucá (PSDB-RR), “o retrato claro e acabado da ineficiência, da inoperância e do descaso com relação ao sistema penitenciário brasileiro”.

Segundo Jucá, o número de presos no Brasil em 99 chegou a 194 mil, enquanto o número de vagas nos presídios, em quatro anos, cresceu de 68,5 mil para 107 mil. Com isso, explicou o senador, são quase dois detidos por vaga. “Esse fato torna-se mais estarrecedor se considerarmos que, em presídios como o Aníbal Bruno, no Recife, há mais de quatro presos por vaga:



Jucá: dados do censo são “o retrato claro e acabado da ineficiência”

2.200 detentos ocupam lugares destinados a apenas 524”, disse.

Para o senador, esse quadro se deve a um desvirtuamento de origem do sistema carcerário, pois a Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda, desde a década de 50, que a pena privativa de liberdade deve ser indicada apenas para indivíduos que mostrem grande dificuldade de readaptação à sociedade ou a coloquem em risco. Sua aplicação, conforme Jucá, deve ter como objetivos recuperar o infrator e proteger a população dos indivíduos perigosos e irrecuperáveis.

No entender de Jucá, a situação poderia ser ainda pior se estivessem reco-

lhidos aos presídios todos os que já foram condenados e estão com mandados de prisão expedidos. Assim, alerta Jucá, aos 194 mil já presos seriam somados outros 200 mil. O senador disse que essa superlotação é regra em quase todos os principais presídios, gerando corrupção, alimentando a promiscuidade e inflamando as rebeliões.

Para modificar o quadro, o senador defende uma mudança radical de mentalidade. “É preciso que nossas autoridades se convençam de que, mais urgente que construir presídios de segurança máxima, é criar ambientes em que os presos possam se reeducar. Já está mais que comprovado que penas alternativas são muito mais eficientes na consecução desse objetivo do que o recolhimento aos presídios”, frisou.

Jucá também considerou preocupante a afirmação do juiz Octávio Barros, publicada na revista *Época*, segundo a qual seria justa uma indenização do Estado em favor dos presos, ao final das penas, dadas as condições degradantes a que estes são submetidos.

Amorim reclama da má utilização dos recursos dos fundos regionais

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) denunciou o desvio de recursos dos fundos constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO), que não estariam sendo aplicados na redução das desigualdades regionais. Esses fundos, disse ainda o senador, apresentam “crônicas deficiências operacionais e custo elevado dos financiamentos, principalmente para micro e pequenos empresários”.

A denúncia foi feita com base em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apresentado à comissão mista que analisa a medida provisória que define as regras para operações de crédito com recursos dos fundos constitucionais.

Os recursos dos FCO e FNO, segundo Ernandes Amorim, estariam sendo usados para empréstimos a hotéis, em Cuiabá, que, apesar de estarem com as obras paradas, continuam recebendo os recursos. Outro exemplo de irregularidade foi apontado pelo senador na cidade de Colorado d'Oeste, em Rondônia.

— Uma obra de frigorífico e outros empreendimentos, financiados pela Sudam, vêm recebendo recursos financeiros, mas as obras não andam. Inexplicavelmente, as instituições nada fazem e o dinheiro do povo continua indo para o bolso desses espartalhões travestidos de empresários — protestou Amorim.

O senador defendeu a criação de mecanismos de fiscalização com remanejamento periódico dos fiscais,



Na opinião de Ernandes Amorim, os fundos constitucionais também pecam pelo alto custo dos financiamentos

uma vez que, segundo ele, o atual sistema não funciona. “Nada se faz para exigir a aplicação correta das parcelas liberadas, o dinheiro some e tudo continua na mesma”, lamentou. Amorim também lembrou que, desde a implantação do FNO, existe má distribuição espacial dos recursos, contrariando sua principal meta de reduzir as desigualdades intra-regionais.

Amorim alinhou-se aos senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) na busca de uma solução que altere mecanismos e retire empecilhos, principalmente em relação às exigências para a concessão do crédito que encarecem os investimentos dos micro e pequenos produtores. “Reorganizar esses fundos é um imperativo de justiça, até porque recoloca esse instrumento de acordo com os ideais que ensejaram sua criação e dá um basta aos desvios dos recursos públicos”, concluiu o senador.

Távola quer permitir o registro de filhos de brasileiros no exterior

Proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Artur da Távola (sem partido-RJ) cria a possibilidade de filhos de pai ou mãe brasileiros, residentes no exterior, se registrem em repartição brasileira competente e, assim, assumirem a nacionalidade brasileira já a partir desta data. A proposta altera a Constituição, que define como brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

O problema apontado pelo senador é que o texto constitucional omitiu a expressão “sejam registrados em repartição brasileira competente”. Segundo Artur da Távola, “isso tem causado inúmeros e sérios problemas aos brasileiros em trânsito no exterior, impedindo-os de registrar eventuais filhos como brasileiros”.

O senador explica que hoje muitos descendentes só podem ser considerados bra-



Távola: falha na Constituição traz o risco de deixar como apátridas muitos filhos brasileiros

sileiros se voltarem para o país, já que são impedidos de serem registrados nas repartições que representam o Brasil. Em alguns casos a situação é mais grave, notadamente em países que não aceitam a concessão de nacionalidade baseada no lugar de nascimento. “Há o risco de deixar tais indivíduos apátridas, se o país hospedeiro não aceitar a concessão de nacionalidade baseada no lugar de nascimento”, alerta Távola.